

OS CAMINHOS DOS SERTÕES SÃO MAIS ÁRDUOS PARA UMA MULHER:

Notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Dalto aos sertões (1896-1897)¹

THE HARDSHIP OF BEING A WOMAN IN THE HINTERLAND

ELAINE PEREIRA ROCHA
Profª. Dra. University of the West Indies
Cave Hill, Campus, Barbados
Elaine.Rocha@cavehill.uwi.edu

RESUMO: Este artigo é baseado na tese de doutorado: “Entre a Pena e a Espada: A trajetória de Leolinda Dalto: 1859-1935”, sobre a vida da professora primária que inspirada nos ideais do positivismo reivindicou para si a missão de civilizar os índios brasileiros. Em suas memórias sobre a sua aventura pelos sertões de Goiás a professora apresenta suas experiências como mulher, professora e mãe de família, além de suas disputas com os missionários religiosos e com a opinião pública dividida entre o apoio e a condenação de tamanha ousadia.

PALAVRAS-CHAVE: INDIGENISMO. GÊNERO. SERTÃO.

ABSTRACT: This paper is based upon my PhD dissertation: “Entre a Pena e a Espada: A trajetória de Leolinda Dalto: 1859-1935”, about the life of a primary school teacher who followed the inspiration of positivist ideals when took the mission of civilize the natives of Brazil. In her accounts about her adventures in the *sertões* of Goias state, the teacher presents her experiences as woman, teacher and mother, in addition to the disputes with religious missionaries and the public opinion divided between supporting and condemning her audacity.

KEYWORDS: GENDER, MISSIONARY, INDIGENOUS

¹ Artigo submetido à avaliação em 22/03/2013 e aprovado para publicação em 30/05/2013.

No dia 09 de julho de 1896, entre várias notícias, o jornal carioca *O Paiz*, divulgava o recebimento da visita de um grupo de índios vindos do estado de Goiás à sua redação, dando início a uma série de reportagens sobre o grupo de cherentes, chefiado pelo “capitão” Sepé que buscavam uma entrevista com o Presidente da República. De acordo com a notícia divulgada, esse grupo vinha de uma aldeia localizada próxima aos rios Tocantins e Araguaia e após seis meses de viagem a pé, na qual havia passado pela capital paulista, vinha em busca de apoio governamental para o aldeamento, especificamente de tecidos para vestuário, ferramentas e sementes, além do envio de uma pessoa que pudesse assumir a educação dos índios, criando uma escola. Após entrevistas e fotos, o grupo foi encaminhado à sede do governo federal, que –se esperava – resolvesse o caso.²

A visita foi divulgada pelos jornais com entusiasmo, primeiro em São Paulo onde haviam estado por alguns dias, e depois na capital da República, refletindo a exaltação ao indígena que sobrevivia ao período romântico de meados do século e era reavivado nos primeiros anos da República, como forma de enfatizar o nacionalismo do novo regime.

Essa aldeia da Providencia é composta em sua totalidade de ex-selvagens que vivem exemplarmente entregues ao trabalho, numa ordem admirável, a plantar arroz, milho, feijão, cará e criar aves e porcos. Pelo que nos contou o Sepé – que fala muito regularmente o portuguez, tem excellente maneiras, levando mesmo em vantagem, em delicadeza e trato a certos indivíduos civilizados de nascença – pelo que nos disse elle, a sua aldeia é de vera invejável (...): Não há noticia alli de um furto, de um assassinato, de uma infidelidade conjugal...³

Sem receber a atenção governamental esperada, o grupo de índios alcançou rapidamente a notoriedade entre os jornais da capital, que apresentavam reportagens diárias sobre os “pobres selvícolas” que por dias seguidos estavam “hospedados” numa cela de uma das cadeias da cidade, por falta de acomodação adequada.

Neste contexto, a professora primária Leolinda de Figueredo Daltro entra em cena. Ela fora uma entre tantos visitantes que os índios, expostos como criaturas raras à quem quer que os quisesse ver, vinham recebendo por dias a fio. A novidade daquela visita foi logo explorada pelos jornais cariocas: Ela era uma professora primária que trabalhava em escolas públicas do Rio de

² *O Estado de São Paulo*, 1896, p. 10.

³ DALTRO, Leolinda de Figueiredo. *Da catechese dos índios do Brasil (notícias e documentos para a história) 1896-1911*. Rio de Janeiro: Typ. Da Escola Orsina da Fonseca, 1920, p. 1.

Janeiro, vinda da Bahia por volta de 1880, seguindo a onda migratória que levou muitos baianos para a então capital do Império. Em 1896, a professora estava com 37 anos, tinha cinco filhos e uma grande disposição em participar da vida política do Rio de Janeiro, o que se denota na leitura de suas memórias.

A partir de seu encontro com aquele grupo de índios, as aventuras da professora Daltro apareceram esporadicamente pelos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, numa longa trajetória que juntou a missão educadora e civilizadora ao feminismo e à luta pelos direitos das mulheres até o ano de 1935, quando Leolinda Daltro faleceu vítima de atropelamento. Porém a parte maior parte da divulgação sobre sua trajetória foi feita por ela mesma. No centro da documentação sobre sua trajetória política, e principalmente suas aventuras no sertão brasileiro, está seu livro de memórias: . *Da catechese dos índios no Brasil – notícias e subsídios para a história*, publicado em número reduzido em 1920.

Tal publicação, após mais de vinte anos, tinha como objetivo fundamentar a petição de D. Leolinda para ser nomeada para a posição de Diretora de Índios, ou seja, para administrar uma das diretorias de índios que estavam sendo criadas pelo governo federal, dentro do Serviço Nacional de Proteção ao Índio, sob o comando do Marechal Rondon, e angariar simpatias entre seus leitores.

Nesse trabalho, ela compila documentos que comprovam sua excursão aos sertões, incluindo seu encontro com o então Coronel Rondon e uma mensagem que havia recebido dele na ocasião. Não nos surpreende, portanto, o tom de defesa em que o livro de memórias é composto. Logo de início apresentando a forma como ela havia se envolvido no que chamava de “missão civilizadora”, D. Leolinda aparece em cena, na reportagem “*missionária*”, publicada no mesmo jornal *O Paiz*:

A seus olhos de mulher de instrução, espírito aberto para as fantasias pelas leituras romanescas de viagens sertanejas por longes terras, a historia da bella abnegação de Sepé e seus companheiros atravessando florestas e rios para vir até a capital do Brazil em busca da civilização da sua tribu, a historia desses sympathicos índios, a organização exemplar de sua aldeias, a doçura de seus costumes verdadeiramente admiráveis, tudo isso tomou o character de uma seducção irresistível, impoz-se como uma suggestão fortíssima para accompanhal-os.⁴

⁴ “Missionária”, *O Paiz*. Rio de Janeiro: 27/07/1896, p.2.

A origem precisa do grupo e a natureza dos planos de Leolinda para civilização naqueles primeiros anos nunca foram esclarecidos com detalhes. Sabe-se que a princípio era sua intenção fundar uma escola na aldeia daqueles índios, onde promoveria os ideais do estado positivista e laico, como ela já fazia em sua escola no Rio de Janeiro; segundo sua própria definição, a professora considerava-se uma “missionária da catequese laica”, o que significa que ela levaria a educação e a civilização aos indígenas brasileiros transformando-os em trabalhadores e cidadãos em nenhum trabalho de cunho religioso. Posteriormente, devido a problemas encontrados na região, Leolinda tentaria outras aldeias, com o apoio de alguns coronéis locais e com a oposição de muitos outros. A tarefa foi baseada no entusiasmo, na intenção gerada por impulso, sempre justificada pelo amor à Pátria, pelo humanismo e pela devoção aos índios e à educação, em um discurso fortemente influenciado pelos ideais positivistas e românticos.

À medida em que se dispunha a partir para os sertões, utilizava o projeto civilizador do governo como justificativa para tal empreendimento, utilizando-se, ao mesmo tempo, de seu currículo profissional de professora como referência para o exercício da missão. Apresentou ao Governo do Estado documento uma licença de suas funções na Escola da Barra da Gávea, por um determinado período, ao qual iria se dedicar à catequese leiga no interior de Goiás, existem três versões: A primeira, dela própria, constando na reprodução do artigo do jornal *O Paiz* de 17/07/1896, em *Da catechese dos índios...*, na qual consta que ela teria reivindicado a “collocação de seus dois filhos menores no Collegio Militar, a conservação do seu logar de professora nesta capital e pagamento dos vencimentos a que a cadeira dá direito”⁵ No jornal *O Paiz* de 27/07/1896, localizado durante esta pesquisa, encontra-se o mesmo texto, com algumas alterações, como o pedido de “conservação de seu logar de professora nesta capital por dous annos e augmento em dobro dos pequenos vencimentos a que sua cadeira dá direito”, sem qualquer referência a vagas no colégio militar para seus filhos. Já nos registros da Secretaria de Instrução Pública, consta que a professora Leolinda requereu, em 08 de agosto de 1896, uma licença de três meses com vencimentos, para montar uma escola de catequese para os índios de Goiás, não havendo registros de deferimento do pedido.⁶

⁵ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 9.

⁶ Livro de Instrução Pública. Docentes 1896-1899, fl. 28. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Tais diferenças, indicam a intenção da professora de, inicialmente, ausentar-se por dois anos, tendo sido persuadida, num determinado momento de que não seria fácil conseguir uma licença tão prolongada, ela poderia ter optado por pedir uma licença mais curta. Quanto aos vencimentos, a omissão do fato de que ela pretendia requerer um pagamento maior, em virtude de seu empenho pela civilização, deixa transparecer a preocupação com a sua imagem pública, reforçando a imagem de mulher abnegada que se sacrifica em prol dos índios.

O plano missionário de Leolinda, que, a princípio consistia apenas de uma grande disposição para a longa viagem, vai se constituindo aos poucos, com a colaboração de amigos como Quintino Bocaiúva seu compadre, que possuía contatos políticos pelo interior do Brasil, aos quais ele a recomendou, facilitando sua viagem, e Horace Lane, ex-professor do Colégio D. Pedro II, um americano que dirigia o colégio Mackenzie em São Paulo, com importantes contatos entre a elite paulistana. Este último ocupou uma posição de destaque entre os incentivadores de Leolinda: aceitou seus dois filhos como internos no colégio que dirigia, além de presenteá-la com mapas e uma máquina fotográfica para que registrasse passo a passo sua missão e até um realejo, cujo uso ele indicava na atração e distração dos índios.

O apoio de pessoas influentes foram essenciais para a concretização do projeto de viagem de Leolinda, que encontrou, no Rio de Janeiro e em São Paulo pessoas que prontificaram-se a auxiliá-la nos preparativos práticos da viagem, indicando caminhos e materiais necessários, e angariando fundos para subsidiá-la. Diante da negativa do governo federal, alegando a inexistência de fundos para financiar o empreendimento de Leolinda, ela apelou para a imprensa, no sentido de sensibilizar a população para que esta desse a sua contribuição. Ao que parece, entretanto, os fundos arrecadados no Rio de Janeiro não foram suficientes, atrasando a viagem. Na primeira semana de outubro de 1896, mais de dois meses depois de tornar públicas as suas intenções, a professora partiu para São Paulo.

A excursão era formada pela professora, seu filho mais velho, Alfredo Napoleão de Figueiredo, então com 19 anos, e o amigo Ezequiel Joaquim Pereira; os seis indígenas que motivaram a jornada seguiram do Rio de Janeiro para Uberaba-MG, onde deveriam aguardar a chegada de Leolinda, Alfredo e Ezequiel, que ficaram na capital paulista a espera de mais recursos.

A presença do filho Alfredo e de Ezequiel deveriam conferir uma certa respeitabilidade à viagem da professora, que aparentemente não queria dar motivos à dúvidas quanto à sua reputação, por viajar sozinha entre um grupo de indígenas composto basicamente por homens. Aliás a relação de Ezequiel, um homem negro, com Leolinda não é clara nem mesmo para a família. Baiano, ele aparenta ser ligado à família desde antes da vinda de Leolinda para o Rio de Janeiro, ex-combatente da Guerra do Paraguai, ele era um agregado à família da professora ou mesmo um parente não muito distante. Contudo, a imprensa e as pessoas que vieram a apoiar o grupo em sua excursão fazem-lhe referências vagas, do tipo: “um pretinho, seu ex-escravo de nome Ezequiel...”, ou ainda um preto seu fiel amigo e ex-escravo...”⁷, coisa que Leolinda não desmentiu ou confirmou. As entrevistas com familiares e a análise dos documentos e fotos preservados pela família mostram identificaram este homem sempre como um tipo de protetor dela, assim como o seu registro e de sua mãe como “pardas” denota a ancestralidade africana.

Sobre a partida de Leolinda para Goiás, é mister indicar também, a existência de opiniões contrárias, de parentes – com a de Alfredo – e de amigos, como o compadre Bocaiúva, que não acreditava no êxito da excursão e que admitia a amigos seu desgosto com a teimosia da professora. Seu marido, que opondo-se ao projeto da esposa e sentindo-se desrespeitado pela mesma, separou-se dela, deixando-a com a responsabilidade de prover para sua família.

Fui hontem ao senador Quintino procurar noticias suas e, quando fallei em seu nome, o senador ficou com o semblante tão triste que eu julguei que elle iria chorar: disse-me que tudo quanto lhe estava acontecendo elle não tinha que se recriminar, porque empregou todos os recursos ao seu alcance para que você voltasse de Uberaba e, vendo que tudo era baldado, ameaçou entregar-lhe sua filhinha e que você com a maior calma respondeu-lhe que a levaria consigo para os sertões, para a vida ou para a morte, e que desse dia em diante, lhe abandonou a seu destino, tendo a certeza de que não mais tornará a vel-a.⁸

A atitude de reprovação contida na carta que recebeu de uma amiga já a caminho dos sertões, reproduzida acima, demonstrando ainda o preconceito contra o indígena – considerado por alguns defensores do evolucionismo abaixo do status da humanidade - e criticando Alfredo - filho homem, mais velho, ao qual, de acordo com os padrões tradicionais, caberia a autoridade da família, na ausência do marido – pelo apoio dado à mãe: “Alfredo foi bem culpado nisso, a meu ver elle é um filho mau, porque se elle não se animasse a acompanhá-la, você não se animaria a ir

⁷ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, pp. 237 e 258.

⁸ Ibid., pp.93.

sosinha (sic), no meio desses horrendos animaes”⁹ No cerne dessas idéias, o debate sobre a questão indígena, que dividia intelectuais românticos defensores da preservação física e da civilização dos índios e políticos e uma outra corrente intelectual que defendia o extermínio dos índios como parte do processo civilizador, para dar passagem a grupos mais avançados como os colonos europeus que o Brasil deveria continuar importando; e também o debate sobre o papel civilizador da mulher, que na visão dos românticos e dos positivistas teria de ser exercida através da maternidade, portanto suas responsabilidades como mãe não apenas superavam suas responsabilidades como cidadã, como fundamentavam o papel da mulher dentro da nação.

As críticas acompanharam a professora durante todo o período em que esteve ausente de sua casa, em busca da realização de seu projeto. Porém, nada demoveu a professora de sua decisão, nem em partir, nem em continuar sua jornada pelos sertões¹⁰, da mesma forma o apoio de outras pessoas incentivavam a professora:

Sr. Redactor d’*A Platéia*,

Tenho o prazer de enviar a V. Sa. cem mil réis para occorrer ás primeiras despezas da generosa e valente patriota D. Leolinda de Figueiredo Daltro, e comprometto-me, caso o governo não a retribuir como professora, o que ignoro, de contribuir mensalmente com a quantia de 40 mil réis para a continuação da nobre missão que a dita senhora pretende encetar.¹¹

O tom da carta enviada à redação demonstra a intenção de incitar outros leitores a seguirem o seu exemplo. O mesmo tom poderá ser encontrado na carta de Horace Lane, à redação do mesmo jornal, alguns dias depois, quando entregou 200 mil réis para a causa de Leolinda, sendo 100 mil da parte dele mesmo, 50 mil do professor da escola de engenharia William Alfred Waddell e o restante, resultado de uma arrecadação entre os estudantes do colégio e da faculdade de engenharia Mackenzie. Em sua extensa carta, Lane registra também a doação de livros e material escolar, encerrando com uma comparação da iniciativa da professora Daltro à de outras mulheres, nos Estados Unidos, seu país de origem:

A civilização da grande tribu dos Chvitows foi devida, quase exclusivamente, aos esforços e a dedicação de uma senhora, que passou vinte annos da sua vida no meio delles e gastou uma fortuna considerável.

⁹ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 95.

¹⁰ É forçoso esclarecer que, se alguma dessas críticas referiu-se à ausência de um marido ou à condição civil de Leolinda, tal não consta da seleção de documentos publicadas pela autora, a informação sobre sua separação foi dada pela família da mesma, em entrevista.

¹¹ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 35-6.

Foi ainda uma senhora que abriu a primeira escola entre os Dakota, e que ainda reside entre eles, contribuindo grandemente à sua civilização. ¹²(

À espera de mais fundos para subsidiar sua missão, Leolinda se demorava em São Paulo. Em 24 de outubro de 1896, Lane envia uma carta a Leolinda, na qual relata sua consulta a diversas pessoas, na busca de informações que pudessem ser valiosas para a excursão da professora. Entre essas pessoas, Couto de Magalhães, que lhe garantira que a viagem até Goiás era fácil e não muito dispendiosa. Ele indicava o melhor itinerário: por ferrovia, de São Paulo a Uberaba-MG, de lá até a cidade de Goiás, seguindo para Araguay e dali em diante a viagem seria com tropeiros, que com frequência seguiam este itinerário, passando pelas cidades de Porto Nacional, Currealinho, Jaraguá, Trahiras, Cavalcanti, Palma, Conceição, Natividade e Porto Nacional. O custo estimado da viagem era de 700\$000, com filho e bagagem. A experiência do americano em suas viagens pelo interior do país, e os conselhos de exploradores renomados faziam com que ele aconselhasse Leolinda a partir o quanto antes, para evitar o período das chuvas que viriam com o verão: “Quanto mais tempo se demorar aqui, quanto mais difícil se tornará a viagem; portanto, aconselho-a seguir viagem para Uberaba e de lá para Goyaz o mais breve possível”¹³.

Apesar disso, a campanha pela arrecadação de fundos, em São Paulo para financiar a excursão de Leolinda se estende por mais de dois meses, chegando a totalizar, em dezembro de 1896 a quantia de 2934\$700, em dinheiro além de material escolar, livros, barracas para acampamento e utensílios variados. Empenhado em seus esforços, o professor conseguiu também cartas de recomendação dirigidas a pessoas importantes como o Barão de Saramenha e o senador Bulhões. Algumas dessas cartas foram redigidas por Capistrano de Abreu, dirigidas a importantes autoridades de Goiás.

Essa mobilização daqueles que contribuíram para angariar recursos para a viagem, entretanto, não exclui a existência de opiniões contrárias à disposição de Leolinda, mesmo em São Paulo. Uma de suas críticas mais contumazes, D. Veridiana Prado¹⁴, chegou a oferecer-lhe dez contos de réis para que ela voltasse para o Rio de Janeiro e cuidasse da educação de seus filhos, oferecia também o apoio político de seus filhos para que ela retornasse ao seu cargo e criticava a atitude da professora em internar seus filhos numa escola protestante, referindo-se ao

¹² Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 37.

¹³ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 55.

¹⁴ Veridiana Prado era a matriarca da família Prado, de grande destaque na política paulista e brasileira.

fato do referido colégio pertencer à Igreja Presbiteriana. A preocupação com o afastamento de Leolinda da fé católica continuava, na carta da mesma senhora que, para o caso da professora não desistir de seu intento, oferecia-lhe ajuda financeira para sua excursão, com a condição de que esta aceitasse a companhia de um padre católico que ela indicava. As oferta foram recusadas.

O problema é que à medida em que se demorava a partir aumentavam suas despesas de manutenção e hospedagem, não somente aquelas relativas a si própria e ao seu filho, mas as despesas do grupo de índios que se mantinha em Uberaba, à espera da professora. Quando finalmente ela decidiu partir, em janeiro de 1897, foi surpreendida pelas despesas que a aguardavam em Uberaba, gastos em sustento de nove índios (não ficando esclarecido como o grupo aumentara). Leolinda acabou voltando ao Rio de Janeiro para, em rápida visita lançar mão dos salários provenientes de sua licença, que segundo ela foram somados aos outros fundos para custear sua empresa. De volta a São Paulo, novamente à caminho de Uberaba, ela escreve à redação de *A Platéia*, tentando justificar seus gastos, ao todo, quase um conto e quinhentos mil réis, gastos em despesas de manutenção, na compra de remédios, cobertores, barracas de lona, peças de tecido, máquina de costura, roupas, um despertador e material para trabalhos manuais.

Segundo sua palavras, ela esperava que o povo da cidade mineira concorresse para as despesas de hospedagem dos índios, tendo recebido a promessa de que haveria uma certa quantia à sua espera; o que não se concretizou. Começa, então, a se desenvolver na professora a noção de que estava sendo vítima da perseguição de pessoas que não aceitavam a sua missão. Uma noção que iria se estender pelo resto de sua vida: “Trahida e ludibriada em Uberaba, por invejosos da minha iniciativa, os quaes geralmente se escondem nos âmbitos das seitas ou das falsas popularidades...”¹⁵

Em sua segunda estadia em Uberaba, teria sido roubada na hospedaria em que estava, perdendo sua bagagem e alguns objetos dos índios que se encontravam sob seus cuidados. Na mesma ocasião, usou as únicas jóias que possuía, e um alfinete de gravata do filho, para comprar três animais de carga, dos quais, ao pretender tomar posse, foi acusada do roubo. Ameaçada de prisão pelo proprietário e vaiada pelo habitantes do lugar, que cercavam a hospedaria, ela teria sido salva pelo depoimento de um “mulato” não identificado, que testemunhou a venda dos animais e a tentativa de engodo por parte de seu patrão, para com Leolinda. Segundo ele, a

¹⁵ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 91.

professora havia adquirido animais em péssimo estado, por um preço exorbitante, pago com as jóias. O patrão, porém, utilizou as mesmas jóias como garantia para o jogo, perdendo-as, razão pela qual tentava reaver as montarias.¹⁶

Ali começavam os problemas de Leolinda. Em várias passagens de suas memórias ela se refere à perseguição dos frades de Uberaba, contra os quais ela tece uma série de acusações, baseadas na tese de que os frades, responsáveis pela catequese no estado de Goiás desde meados do século, temiam que a professora lhes *invadis*se o território. Também através dos jornais de Uberaba, ela teria sofrido também duras críticas, como expressa a carta publicada em março de 1897, que abaixo segue:

Eu acho uma loucura a civilização dos selvagens do Brasil, porque, até hoje, não consta que, depois de quatro séculos de sacrifícios e luctas dos catechistas catholicos, haja um só índio que se ache completamente domesticado, quanto mais educado. Os resultados têm sido negativos. Índios não se amancam. Quizera amañal-os a tiros!¹⁷

Inesperadamente, nenhuma oposição se fez sentir tão eficaz quanto a de Quintino Bocaiúva, que solicitou ao então presidente do estado de São Paulo, Campos Sales, que não oferecesse qualquer apoio à professora, na esperança de que ela desistisse da viagem. Já em Goiás, ela teria recebido dele um telegrama com os seguintes dizeres: “De Goyaz volte. Conselho não prorroga licença”¹⁸. O compadre estava preocupado com a segurança de uma mulher nos sertões e com o fato de que a professora havia abandonado a família, já que a essa altura a sua separação do marido havia se tornado um fato público.

Apesar disso, Leolinda seguiu adiante, segundo ela, contando com a ferrenha oposição dos frades que tentavam denegrir a sua reputação. Esses frades seriam da congregação dominicana (erroneamente chamados capuchinhos em “*Da catechese dos indios...*”) sediada na cidade de Uberaba e que, de acordo com os relatos da professora, foram os principais responsáveis pelo malogro de sua missão. O motivo, seria a intolerância em relação à presença de Leolinda, uma mulher leiga, no que seria o território e campo de atuação desses frades.

Os dominicanos fundaram sua missão em 1881, mas, somente em 1896, foram autorizados a iniciar os trabalhos de catequese às margens do Araguaia. Em 1897, frei Gil de Villanova, após uma série de negociações, convenceu os índios

¹⁶ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 113-5.

¹⁷ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 118.

¹⁸ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p. 106.

que viviam na região próxima de Santana da Barreira a mudarem-se para terras melhores, livres de inundações e propícias para o cultivo e criação.¹⁹

Como se pode ver, o início do projeto de catequese leiga de Leolinda, coincidiu com a implantação do projeto dos dominicanos de catequese religiosa. Esses índios, já haviam sido contactados por outros religiosos, os capuchinhos, cuja missão, de acordo com Couto Magalhães, não havia sido bem sucedida.²⁰

Considera-se que a rivalidade entre a professora e os frades advenha da situação de anti-clericalismo que caracterizava o pensamento de grupos republicanos e que teriam influenciado tanto a opinião dos religiosos sobre a leiga que se propunha a realizar a catequese naquela área, quanto a opinião de Leolinda sobre os religiosos que se dispunham a fazer a catequese evangelizadora entre os índios. Curiosamente, ambos utilizavam-se da obra de Couto de Magalhães, certamente, selecionando trechos diferentes para justificar suas ações.²¹ As informações sobre uma suposta *conspiração* dos frades dominicanos contra Leolinda, ainda que se tome por base a documentação reunida pelo professora, apresentam-se desencontradas. Enquanto alguns admiradores de Leolinda apressavam-se em testemunhar a perseguição dos frades contra ela, conforme se verifica no seguinte trecho da declaração assinada por Lourenço Guedes da Silva em 14 de maio de 1897, reproduzida na obra de Leolinda:

“Ella tem sido pelos despeitados do convento acoimada de herege, de judia errante, de mulher do diabo, de filha de Satanás, de escommungada, de louca evadida do hospício, de pé de pato, de capa verde, do Diabo, enfim; mas ella não desiste do seu intento...”²².

Outros, dispostos a averiguar a veracidade de tais denúncias, apresentam à professora uma outra versão, conforme se pode constatar na carta de Felicíssimo do Espírito Santo a Leolinda, escrita em Uberaba em 1897. O autor da carta, ao que parece muito religioso, ao saber dos boatos sobre um plano dos religiosos contra a professora, procurara D. Duarte, bispo de Uberaba para pedir providências.

¹⁹ ROCHA, Elaine. *Entre a pena e a espada, a trajetória de Leolinda Daltro; 1859-1935. Patriotismo, indigenismo e feminismo*. 344f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 89.

²⁰ COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O selvagem*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Magalhães, 1876.

²¹ GALLAIS, Estevão Maria. *O apóstolo do Araguaia. Frei Gil Villanova, missionário dominicano*. Prelazia de Conceição do Araguaia: s/ed., 1942.

²² Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 112.

O bispo garantiu-me sob sua palavra de honra, que era mentira, que pelo contrario, não só os frades do “convento” de Uberaba, como os de Goyaz, estão deveras asmirados de sua abnegação e dispostos a protegel-a no que lhes for possível, caso a senhora não seja protestante (como dizem por ahi). Emquanto a elle, o bispo, muito lhe aprecia e tem pela senhora uma verdadeira admiração e piedade, tanto que no dia em que a senhora foi se despedir, lhe offereceu 50\$ para auxílio de suas passagens de Uberaba a Araguay. Isso causou-me certa admiração porque a senhora nada me fallou sobre essa oferta.²³

O documento apresenta mais do que uma versão contrária à tese de perseguição da professora Daltro, ele propõe a possibilidade dela estar omitindo ou manipulando fatos, como o oferecimento de dinheiro do bispo, por motivos pouco claros, mas que podem levar à hipótese de que ela, ao omitir um certo apoio por parte da Igreja, reforce a teoria de que a catequese leiga deveria suplantar o trabalho dos religiosos, considerados pela mesma, como infrutíferos. E o mais interessante é que ela tenha incluído este documento na coletânea publicada sem nenhum comentário sobre a veracidade dos fatos nele contidos.

Abandonando um pouco o problema das divergências entre Leolinda e os frades, deve-se levar em consideração as dificuldades que os excursionistas encontraram em sua trajetória até Goiás, e que incluiu, além dos engodos, as agruras dos caminhos, os perigos das florestas, como as cobras e insetos venenosos, o ataque de índios arredios, as febres, e as dificuldades financeiras. Por mais de uma vez, a febre atingiu os membros da comitiva, incluindo os índios e a própria Leolinda, e em especial Alfredo, que foi contaminado pela malária, estando entre a vida e a morte. A escassez de recursos, obrigou-se, segundo os testemunhos recolhidos, a fabricar flores de papel para vender nos vilarejos, como forma de angariar recursos para comprar sal e café, já que o grupo costuma se alimentar de caça e de frutos silvestres, o que causava admiração mesmo entre os sertanejos.

Contudo, a professora estava longe de ser considerada totalmente desamparada, pois podia contar com o apoio de autoridades políticas que a hospedavam, juntamente com sua comitiva, e lhe recomendavam a seus contatos situados em seu caminho. Nas linhas que seguem, um exemplo desse apoio; uma carta de recomendação redigida pelo intendente de Goiás em 1897:

Caríssimo Primo Mathias

Esta tem por fim recommendar-vos a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, reiterando o pedido que voz fiz em outra carta (...) para que presteis todo

²³ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 105-6.

o auxilio de que possa carecer no sentido de não soffrer falta alguma que prejudique a sua tranqüilidade, honra, propriedade e vida, encontrando, durante a viagem as commodidades relativas de que precisar. Responsabilizando-me por toda e qualquer despeza que por ventura fizer em satisfação de minha recommendação.

João Baptista Serra Dourada ²⁴

Aparentemente, tais recomendações não livraram Leolinda de transtornos decorrentes da falta de dinheiro, ou talvez tenham surtido efeito apenas em determinados distritos, obrigando a professora a percorrer longos trechos por sua própria conta, conforme afirma a carta do Coronel Agostinho da Fontoura, em queixa ao senhor Serra Dourada em 20 de janeiro de 1898:

Deixarem esta distincta senhora fazer um curso de mais de 1200 quilometros sem um tostão, tendo que vender as suas vestimentas e outros objetos para dar que comer aos seus companheiros de viagem e chegar aqui com uma expressão de cansaço que bem se via ser mais pela falta de recursos do que pelo desanimo, que miséria! ²⁵.

A carta segue, com indignação, criticando a atitude do amigo, em dar a Leolinda recomendações, no seu dizer, *palavrosas*, ao invés de dinheiro em espécie, para que ela pudesse fazer sua viagem sem passar pelas dificuldades que ele testemunhara: Mas também fica claro que o remetente de tal carta estava apenas repetindo informações que recebera da professora e que também poderiam ter sido exageradas.

Não imagina V. o quanto soffreu esta senhora nesta viagem de Leopoldina até aqui, metida numa igarité* que não offerecia segurança, por especuladores que lhe venderam objetos por preços fabullosos; vendo os companheiros accometidos de febre e tendo, por isso de se fazer de enfermeira e cosinheira(sic); por fim cae doente, sem remédios e sem viveres, tendo de trocar objetos de uso e trabalhos de flores...²⁶

Os constantes contratemplos financeiros vividos por Leolinda ao longo da viagem e a natureza de sua missão eram divulgados na imprensa e entre amigos, dazendo com que esta recebesse doações vindas tanto de políticos como de parte da população goiana que, sensibilizada pelas notícias de suas peripécias, organizava circunscricões para apoiá-la. Por outro lado, existe a possibilidade de que as notícias de seus infortúnios teriam se espalhado ao ponto de

²⁴ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 104.

²⁵ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 135-6.

* Espécie de canoa, impulsionada a remo.

²⁶ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, 136.

influenciarem o imaginário popular sobre a sua pessoa ponto de dizer-se que Leolinda era amaldiçoada, pois todo dinheiro que lhe caía nas mãos virava folha seca.²⁷

A disposição da professora em criar uma escola para os índios Xerente, após um ano de vivência entre aldeias e povoados indígenas, desenvolveu-se em desejo de assumir o cargo de Diretora de Índios, previsto pela lei federal, mas nunca antes outorgado a uma mulher. Sua determinação em alcançar essa nomeação levou-a a organizar uma manifestação oficial dos índios da região - entre eles os componentes da comissão que Leolinda encontrara no Rio de Janeiro - que dirigiram-se ao juiz da cidade de Piabanhas e registraram por escrito, seu pedido: “...declararam que desejavam para sua directora a mesma D. Leolinda Daltro, visto que, durante o tempo em que suas aldeias percorreu dispensou-lhes caridade, cuidados e desvellos, tratando de suas moléstias e ensinando-os a reconhecer a civilização...” Seguem-se várias assinaturas dos índios, a maioria a rogo, e a declaração do juiz da cidade de Goiás, reconhecendo a validade do documento e a assinatura do juiz de Piabanhas, Dr. Francisco Ignácio da Silva. O cargo de Diretor de Índios, segundo Leolinda, vinha sendo ocupado pelo Frei Gil Vila Nova, que fundara o aldeamento de Conceição do Araguaia pouco tempo antes de sua chegada. Ela porém, argumentava que havia encontrado os índios em completo abandono educacional, colocando em dúvida a eficácia da catequese religiosa e propondo o modelo leigo, calcado nas propostas positivistas que preconizavam a superioridade da ciência sobre a prática religiosa.²⁸ Começava assim, a campanha política à qual iria dedicar grande parte de sua vida.

A ousada iniciativa dessa mulher, parece ter irritado os ânimos do frei, que, após anos dispensados em preparativos, arranjos políticos e clericais, e na atração de índios, somente conseguira iniciar os trabalhos de catequese cerca de um ano antes da chegada de Leolinda. Segundo os documentos arrolados pela mesma, através de seus sermões, este religiosos e seus companheiros lançaram sobre ela acusações que influenciaram a opinião da população regional.

Tais acusações versavam sobre a fé e a religiosidade de Leolinda. Distanciada da Igreja devido à sua opção política republicana e positivista, ela vinha se aproximando dos protestantes como Horace Lane, que vinha lhe prestando apoio financeiro e logístico. Além disso, o fato dela

²⁷ Ibid. ROCHA, Elaine, 2002, p. 173.

²⁸ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 143-4

haver matriculado os filhos numa instituição presbiteriana, já havia levantado suspeitas da imprensa carioca e paulista, conforme já citado.

Por último, pode-se dizer que a conjuntura temporal e cultural contribuíram para que a difamação alcançasse Leolinda. Isto porque, sua empresa, que causava tanto espanto quanto admiração, ocorria na época em que se esperava a chegada de um novo século.

No Brasil a população se preparava (...) para enfrentar a passagem do cometa Biela, bem no dia 13 de novembro de 1899, uma segunda feira. Em consequência das afirmações do professor Rodolfo Falb, amplamente divulgadas pela imprensa, o público acreditou que o dia do fim do mundo estava fixado e que coincidiria com o próprio final do século.²⁹

Entre uma população sertaneja, tradicionalmente supersticiosa, o final do século trazia consigo o risco do Apocalipse, que chegaria precedido por alguns sinais, sendo um deles a passagem do dito cometa, conforme registrou o missionário que viajava por Goiás:

Pelo ano de 1896 um astrônomo de Viena teve a idéia de anunciar o fim do mundo no ano 1900. Fez os seus cálculos e o astro que habitamos devia encontrar-se, nas profundezas do firmamento, com um outro mundo tão fraco como o nosso e desse choque devia resultar um fracasso horroroso. (...) nos lugares mais afastados que nós atravessamos, onde, não sei como conseguiram ter conhecimento disso, tomaram-no completamente a sério. Os índios em contacto com os cristãos souberam da fatal nova e comunicaram com uma rapidez incrível às tribos vizinhas. Em breve esta pobre gente foi presa de pânico...³⁰

Essa constatação contribui para esclarecer porque a professora Leolinda Daltro foi tomada como o anti-cristo, uma crença que se espalhou com grande rapidez, fazendo com que ela sentisse que sua vida corria perigo e que, segundo a autora constituía a principal acusação feita pelos frei Gil Villanova e Antônio de Ganges, alcunhados de “representantes do Convento”, em sua obra. Conforme testemunho do viajante comercial Lourenço Guedes da Silva, “Ella tem sido, pelos despeitados do Convento acoimada de herege, de judia errante, de mulher do diabo, de filha de Satanás, de escommungada, de louca evadida do hospício, de pé de pato, de capa verde, do Diabo, enfim; mas ella não desiste do seu intento.”³¹

Mesmo disposta a prosseguir em sua missão, Leolinda passou a temer por sua vida, assustada com os avisos que vinham de diferentes partes, de pessoas que pretendiam alertá-la em

²⁹ COSTA, Angela; SCHWARCZ, Lilia. *1890-1919: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁰ GALLAIS, Estevão. *Uma catequese entre os índios do Araguaia*. Salvador: Livraria Progresso, 1954, p. 57.

³¹ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 112.

relação aos riscos que corria de ser vítima de alguma cilada. Preocupada, ela passa a movimentar-se constantemente pelos sertões, evitando demorar-se por longos períodos na mesma localidade. À medida em que os boatos cresciam, a professora passou a ficar de tal modo aterrorizada que chegou a arrancar, com uma tesoura, os dentes de ouro que tinha, após saber que este seria um dos sinais que a identificavam pelos sertões. Também passou a mudar constantemente de trajes e de nome, chegando a se vestir como homem, tentando iludir os prováveis assassinos que a seguiam. Segundo outro testemunho publicado por ela:

D. Leolinda dentro do arraial de Piabanha foi vítima de muitos ataques de índios selvagens, insuflados pelo seu director que, jesuiticamente, e em publico, aclamava-a por mulher de bem, sabia e santa, e que surrateiramente mandava os índios atacarem-na e ultrajarem-na, inculcando-lhes nos espíritos incultos que D. Leolinda era o anti-christo e que por isso trazia o sinal de que fallavam as escripturas (dente de ouro), que era democrata, portanto, partido do diabo e que vinha reduzir-os ao cativoiro.³²

É preciso acrescentar que, se os religiosos lançaram mão desse tipo de acusação para intimidá-la, Leolinda por sua vez atacava-os cada vez mais em seus discursos, acusando-os entre outras coisas, de alcoolismo e de nunca haverem visitado uma aldeia indígena, esbanjando o dinheiro que os governos do estado do Pará e federal lhes confiava, para a catequese dos índios.

Hodiernamente, porém, a catechese dos índios por padres ou frades christãos é nada mais que uma escandalosa chantagem, como posso eu mesma provar, tendo sido desses abusos testemunha presencial e, ainda mais, uma victima! (...) Sua acção de catechese, se assim se pode chamar a acção de fantasiar as classes rústicas, os mestiços do sertão, se limita a trahir a população ignorante e com ella organizar povoações ou aldeias exclusivamente christãs. (...)

Desse modo, a catechese nada aproveita aos indígenas, mas, bem ao contrário, os deprime, degrada, vicia e tyranisa, tirando-lhes os sentimentos generosos e deixando-lhes em substituição os de vingança.³³

Repetida várias vezes, em diferentes ocasiões, as acusações de Leolinda aos freis dominicanos foi publicada pela imprensa do Rio de Janeiro, tendo sido reproduzida em jornais do interior, chegando, assim, ao conhecimento dos acusados. Na intenção de rebater acusações como essas, os dominicanos também registraram sua declaração, acompanhada por depoimentos de testemunhas e por um abaixo assinado, dando a sua versão dos fatos.

... fiquei indignado ao ler as mentiras inspiradas áquella senhora por uma secreta inveja, ou por motivos não menos indignos, contra os sacerdotes

³² Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 251.

³³ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 255.

missionários, geralmente estimados e amados por aqueles que os conhecem de perto, pela sua caridade, abnegação sincera e dedicação absoluta e desinteressada ao povo dos nossos sertões brasileiros e aos nossos selvicolas.(...)³⁴

No mesmo documento, segue uma detalhada exposição do trabalho de catequese dos freis dominicanos, rebatendo um a um os argumentos apresentados pela professora em reportagem no *Jornal do Commercio*. Nele referem-se a quinze meninos indígenas que estudavam no colégio, como internos, devidamente vestidos e alimentados; quanto ao uso das verbas governamentais, apresentam os valores recebidos e os gastos discriminados, apontando, inclusive a devolução de fundos ao governo. Sobre a acusação de que teriam tramado o assassinato da professora, utilizando-se dos serviços de dois barqueiros do rio Araguaia, os frades trazem os depoimentos dos ditos barqueiros que, em juízo desmentem a existência de um conluio que incluía a oferta de um pagamento pela sua morte. Nesses depoimentos eles afirmam que inúmeras vezes fizeram o traslado de Leolinda pelas águas do perigoso rio, e que caso nutrissem qualquer intenção de eliminá-la, poderiam tê-lo feito sem qualquer testemunha.³⁵

Fundamentadas ou não, as desconfianças de que sofria perseguições, fizeram com que Leolinda se desgastasse ainda mais na tentativa de despistar seus perseguidores e manter-se firme em seu propósito de catequese. Em seus relatos consta a narrativa de um ataque armado sofrido:

Além desses ataques, sofreu D. Leolinda uma agressão por 34 índios armados, dispostos a lhe tirarem a vida, segundo confessaram elles próprios, escapando D. Leolinda milagrosamente com o auxilio de um grupo de mangabeiros bahianos, capitaneados pelo cearense João Ricardo Arraes.³⁶

Este pequeno trecho revela um dado importante para a compreensão da conjuntura na qual Leolinda se viu envolvida ao enveredar-se pelos sertões para dedicar-se à catequese: a oposição de alguns grupos indígenas. A basear-se pelos documentos reunidos pela professora, tal oposição partia de grupos já em contato com a sociedade nacional, o que leva à suposição de que também os índios tenham sido cooptados pelos boatos que circulavam. Em acréscimo, deve-se considerar que a suscetibilidade dos habitantes dos povoados, e dos sertanejos em geral, às superstições e ao discurso religioso católico, se estendesse aos índios que mantinham algum contato com essa

³⁴ *Catechese do Araguaya pelos Missionarios Dominicanos*. Documentos do Arquivo Dominicano de Belo Horizonte-MG. Doc. 005.

³⁵ *Ibid.* Depoimento de Patrício Alves Pinheiro, em 23 de junho de 1901, doc. 004; e de Altino Francisco de Souza Barros, na mesma data, doc. 003.

³⁶ *Ibid.* DALTRO, Leolinda, 1920, p 255.

população, fazendo com que esses também se posicionassem em meio às disputas políticas e ideológicas.

Quanto ao grupo de homens armados que agem em sua defesa na ocasião do ataque acima referido, ressalta-se que os territórios do norte de Goiás não eram habitados exclusivamente por índios ou pequenos agricultores de origem mestiça, como a primeira vista poderia parecer. A princípio, o desenvolvimento da mineração, no século XVIII, provocou a entrada de levas de emigrantes, oriundos de São Paulo, Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da Bahia. A decadência da atividade levou ao abandono das minas e à introdução gradativa de outras formas de exploração, como a pecuária. Entretanto, já haviam sido estabelecidas rotas de tráfego, que posteriormente foram aproveitadas pelos pecuaristas vindos de regiões tão distantes quanto o Pará.³⁷

O desenvolvimento da pecuária trouxe consigo os proprietários, que logo formavam uma elite no sertão, divididos politicamente entre liberais e conservadores, no período monárquico, e inseridos num sistema de clientelismo que reforçava a figura do chefe político local, que era, ao mesmo tempo, o detentor do poder econômico. Gallais, refere-se às atitudes desses *coronéis*, que causaram uma verdadeira situação de guerra na região, por ocasião da proclamação da República, com o enfrentamento entre dois coronéis e seus homens, obrigando Frei Gil a adiar seus planos de instalar um povoado de catequese na região:

O Coronel Penna, chefe do partido conservador e o coronel Carlos Gomes Leitão, chefe do partido liberal, armaram seus partidários e puseram-se à frente de centenas de homens, um contra o outro. Fuzis, pólvora e balas chegaram do Pará e do Maranhão; Penna, que havia tomado mulher entre os índios Apinagés, ali recrutou soldados; Carlos Leitão, que tinha relações nos altos meios, foi apoiado pelas autoridades.³⁸

Sob o ponto de vista regional, a catequese ou civilização dos índios deixava de ser uma preocupação humanitária ou parte da política republicana definida nos grandes centros, para se tornar uma questão determinante para a consolidação de um poder local, que incluía as vaidades e a busca de preservação do prestígio político. Por essas razões propõe-se a possibilidade de que parte dos ataques sofridos por Leolinda tenham sido instigados por coronéis locais, em represália ao apoio que seus rivais vinham prestando à professora. Senão, como explicar que os mesmos religiosos que Leolinda acusou de tramarem contra sua vida tivessem oferecido hospitalidade a

³⁷ ROCHA, Leandro Mendes. *O estado e os índios. Goiás 1850-1889*. Goiânia: Edit. Universidade Federal de Goiás, 1998.

³⁸ Ibid. GALLAIS, Estevão, 1942, p. 165.

seu filho Alfredo, além de dar-lhe uma carta de recomendação quando este se dirigia ao Pará, vitimado pela malária?

Por duas vezes o moço Alfredo de Figueiredo Daltro veio pedir hospitalidade aos missionários de Conceição, e estes concederam-na: uma primeira vez durante oito dias, e uma segunda vez durante três semanas, tratando-o sempre com grandes atenções e muito carinho... A própria Leolinda leu perante varias pessoas uma carta em que seu filho manifestava seu agradecimento.³⁹

A análise da documentação alerta o pesquisador quanto a uma tomada de posição em favor de qualquer dos personagens envolvidos nesta trama, já que cada qual apresentou a sua versão dos fatos e expôs as razões que traziam para sentirem-se ameaçados, injustiçados e indignados com a atitude do outro. Impossível de se apontar o que seja uma “verdade”, posto que cada parte envolvida terá não apenas a sua interpretação dos fatos, como os seus motivos para reproduzir tais fatos de uma maneira ou de outra.

Mas qual será o intento da Exma. D. Leolinda, ao mentir e caluniar com tamanha imprudência? Seria por acaso o seguinte: quereria ella tomar o lugar dos missionários na grande obra da catechese ou substituil-os por outros catechisadores e quem sabe? Talvez pelos hereges protestantes em cujas fileiras ella se alistou...⁴⁰

Essa referência à conversão de Leolinda ao protestantismo, que não se concretizou, estaria ligada ao seu relacionamento amistoso com um missionário protestante, o reverendo William Kook, do qual, infelizmente a documentação examinada não ofereceu maiores pistas. Este missionário teria sofrido agressões verbais por parte do Frei Gil Villanova, que se opunha à pregação do reverendo na região e seu uso de uma bíblia traduzida para o português, chamando-a de falsa e ameaçando queimá-la. Conforme ele relata em carta a Leolinda:

Tratou-me com brutalidade, e á gente assistente dirigiu palavras extremamente injuriosas, concernentes a mim e ao meu povo. (...) Chamou-me de besta, mentiroso e ministro do inferno. (...) Mandou-me então a não semear mais semente no seu campo, ou, se continuasse, havia de morrer...
A minha vida nesses sítios está extremamente difficil, mas Deus cuida de mim e me protege de todo o modo.⁴¹

A declaração atribuída ao pastor é, de certa forma, confirmada pelo padre Gallais, que ao elaborar a biografia de Gil Villanova refere-se ao seu temperamento autoritário e intempestivo,

³⁹ Arquivo Dominicano de Belo Horizonte, G2, P12, doc. 005.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 189.

obviamente que tais características são amenizadas pelas qualidades de administrador e pela respeitabilidade que, segundo o biógrafo o povo conferia ao religioso.⁴²

O principal ponto de conflito entre Leolinda Daltro e os freis Dominicanos era suas abordagens da catequese. Conforme explicado por Leandro Rocha, a posição da Igreja quanto à evangelização dos índios não mudara muito desde os primeiros anos da colonização:

A mentalidade missionária era a mesma dos séculos anteriores. O clero compartilhava a convicção de que os índios, ao tornarem-se cristãos, tornavam-se civilizados, o que significaria, também que eles deixariam os costumes “selvagens” e assumiriam os hábitos europeus. A noção de civilizar, no caso, está intimamente ligada à idéia de evangelizar.⁴³ :

Já para Leolinda, a catequese significava educação, completamente enfocada no ensino da cultura européia e dos ideais de patriotismo e nacionalidade pregados pela doutrina positivista. Conforme expressou em várias ocasiões, sua missão era tornar os índios em cidadãos produtivos, através da alfabetização e do ensino de ofícios. Alguns de seus educandos, do sexo masculino, chegaram a se registrar como eleitores no Rio de Janeiro em 1906.⁴⁴

Seu filho, porém, não era tão otimista em relação à missão de sua mãe. Em carta, Alfredo, estando no Pará para tratamento de saúde, a adverte que tomasse cuidado com os índios, que não os deixasse perceber que ela possuía dinheiro ou outro recurso, caso ela os tivesse, o que leva à dedução de que ele mesmo não confiava totalmente nos índios. Leolinda Daltro, porém, não admitiu jamais, em seus escritos, qualquer dúvida sobre o caráter dos índios; certa de sua índole generosa e fiel, tanto quanto estava convicta de que o seu projeto de catequese leiga era a solução para a civilização e integração dos índios brasileiros.

Seus temores com relação à própria segurança e a falta de recursos fizeram com que ela regressasse ao Rio de Janeiro, no final do ano de 1900, com esperanças de conseguir uma nomeação oficial e verbas para a implantação do seu projeto no sertão do Araguaia. Mal sabia ela, que outros nutriam a ambição de ver seus projetos para uma política indigenista serem adotados pelo governo, entre eles o positivista Cândido Mariano Rondon. Encerrava-se sua excursão pelos sertões, agora ela iria lutar na selva dos interesses políticos da capital federal, para

⁴² Ibid. GALLAIS, Estevão, 1942.

⁴³ Ibid. ROCHA, Leandro, 1998, p. 84.

⁴⁴ Ibid. ROCHA, Elaine, 2002.

a qual ela continuava a se valer de contatos de influência, como o do juiz de direito da Comarca de Goiás, Manoel Lopes de Carvalho, escrito em 07 de agosto de 1900:

Attesto que a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, professora publica do Districto Federal, temporariamente residente neste Estado há mais de dois annos – merecedora do maior acatamento pela severidade e moralidade de seus costumes, é digna de justa admiração por sua coragem e denotada abnegação de seu espírito culto – impõe-se à estima e consideração pública pella illustração de sua intelligencia e correcta manifestação de suas virtudes, de cujas qualidades dão seguro testemunho seus actos e sua singular e varonil energia no desempenho espinhosos da missão a que se propõe no norte deste Estado.

Circunstancias imprevistas não lhe têm permitido realizar o temerário plano a que se destina: de ujm lado a escassez de recursos e difficeis meios de transporte através de regiões incultas e perigosas...⁴⁵

O documento acima mostra que a professora estava ciente de que teria que trazer, em seu retorno dos sertões, provas de sua estadia e de seu trabalho junto aos índios, além de elementos que pudessem justificar o fracasso de sua missão. Entretanto ela continuou sua militância em prol dos indígenas brasileiros, desde a capital federal, concedendo entrevistas a jornais, recebendo índios vindos do interior como seus alunos e como “filhos adotivos”, fazendo o possível para alcançar visibilidade para sua causa, como por exemplo participando de eventos públicos como os desfiles e as outras comemorações cívicas acompanhada sempre de um pequeno grupo de índios. Além disso, para continuar seu projeto, ela manteve a prática de contar com “padrinhos políticos” influente, conforme mostra o documento abaixo, reproduzido por Leolinda:

Gabinete do Presidente de Goiaz, 7 de agosto de 1900.

Bulhões,

A SenhorA Leolinda Daltro volta ao Rio de Janeiro sem ter podido cumprir em totum o que desejava e isto nós, especialmente você, que viajou pelo norte, sabíamos perfeitamente. Ahi no Rio não avaliarão talvez a quantidade de energia e sacrificios a tal empreza. É nesse sentido que a Sra. Daltro precisa do seu auxíllio. Ella não necessitaria da minha recommendação pois que tem o patrocínio do nosso chefe Quintino, mas tendo me solicitado, a faço.

De V. Am^o

Urbano⁴⁶

⁴⁵ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 286-7.

⁴⁶ Ibid. DALTRO, Leolinda, 1920, p 286.

As pessoas citadas na carta nada mais são do que o Senador de Goiás Leopoldo de Bulhões Jardim, na época residente no Rio de Janeiro e de grande influência na política econômica do período, a quem é dirigida a recomendação, Urbano Coelho de Gouvea, presidente do estado de Goiás entre 1898 e 1901 e Quintino Bocaiúva, na época presidente do Rio de Janeiro (ainda que o político goiano não suspeitasse de que Quintino não apoiava a professora). O eminente político carioca era realmente compadre de Leolinda que lhe entregou a filha mais nova para batizar em 1893, quando ainda era apenas professora pública. Uma amostra de que a professora sabia utilizar as conexões políticas para se aproximar do poder mesmo antes de sua experiência indigenista, ainda que isso não fosse o suficiente para eliminar as barreiras de gênero.

Em setembro de 1909, quando da realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, no qual foi criada uma comissão para discutir a política indigenista do Brasil, D. Leolinda, pode assistir de uma sala contígua, e pode também apresentar por escrito o seu próprio “programa”, que em linhas gerais propunha:

- O aldeamento das populações indígenas em locais determinados pelas autoridades governamentais, ou seja, o deslocamento de populações segundo critérios externos aos grupos e atendendo aos interesses da nação;
- Demarcação dos territórios indígenas;
- Integração do indígena à sociedade nacional através da introdução de novos hábitos, utensílios e informações;
- Desenvolvimento do conceito de trabalho nos moldes ocidentais, introdução de novas técnicas e educação profissionalizante;
- Currículo educacional abrangente, com artes, ciência e literatura.⁴⁷

As propostas acima demonstravam o amadurecimento do projeto indigenista de Leolinda. A sua experiência nos sertões seria revivida inúmeras vezes até a sua morte, como uma espécie de credencial para a sua carreira política. Leolinda utilizava a imprensa, alguns veículos fundados por ela própria, para publicar suas idéias. Em plena campanha presidencial de 1910, na qual explicitava seu apoio ao Marechal Hermes da Fonseca em oposição à candidatura de Rui Barbosa, Leolinda lança um jornal que teve vida e repercussão efêmeras, *A Política*, utilizado

⁴⁷ O programa de Leolinda Daltro pode ser encontrado em LIMA, Antonio Carlos de. *Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista em seu estado de formação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Rio de Janeiro:1985; GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/USP, 1989 e DALTRO, Leolinda de Figueiredo. “Memória “ *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. XIX, 1911.

principalmente para expor suas idéias e para reforçar sua candidatura a um cargo ligado à política indigenista oficial, o qual ela tinha esperanças de conseguir devido à sua relação de amizade com a esposa do Marechal, Dona Orsina da Fonseca. Em artigo publicado na edição de número quatro, ela refere-se ao “chamado do sangue indígena em suas veias”:

Outrem, cujo estado psychologico não estivesse alterado, quiçá pela influencia nostálgica dos quadros saudosos da minha infância (...) talvez não desse ouvidos às sublimes imprecações de um Selvagem que lamentava a sua ignorância e pedia luzes aos homens civilizados (...)

Parecia-me ouvir distinctamente a voz da minha saudosa avó, embalando-me ao collo, cantando dolente e ternamente as baladas e as lendas do gurupy, do jorocotó-mirim e Para-êm-cupy!... Ao mesmo tempo em que, me empolgando todo o ser, uma força occulta e indômita me impellia a avançar em socorro da raça de meus avós!⁴⁸

A estratégia da professora era clara: ela teria conquistado o apoio e a amizade da esposa do candidato à presidência, colocando-se durante a campanha inteiramente a seu favor, chegando a fundar o *Partido Republicano Feminil*, no qual pregava que as mulheres influenciassem seus maridos e filhos a votarem para o Marechal; em troca, ela esperava ser finalmente nomeada como Diretora de Índios. Seu plano não se concretizou devido fato de que, envolvido em inúmeros problemas políticos que incluíram a Revolta da Chibata e a Guerra do Contestado, o presidente não chegou a considerar as ambições de Leolinda, mais importante, D. Orsina da Fonseca – sua amiga – veio a falecer em 1912 e o viúvo casou-se com a jovem Nair de Tefé alguns meses depois.

Em 1918, mais uma vez, ela lançou a publicação de uma espécie de livreto, elaborado claramente com a intenção de reivindicar seu papel no movimento feminista brasileiro. Ali também Leolinda justificava sua disposição em partir com os índios para Goiás como algo concernente ao seu espírito forte e habituado a todas as lutas. Ela ressalta ainda o sacrifício e a falta de apoio do governo para com seu projeto mesmo depois de voltar dos sertões:

... Gastei improficuamente os meus passos exhibindo então todas as provas de meu trabalho. Reconheciam-n’o todos os Presidentes da República que se iam succedendo no Governo, todas as autoridades com quem me entendia a respeito. Mas o reconhecimento dos meus serviços era uma simples manifestação de delicadeza. Logo que eu falava em obter

⁴⁸ DALTRO, Leolinda de Figueiredo. *A Política*, Julho de 1910, p. 6-7. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

um título oficial para prosseguir no meu serviço de catechese leiga, a resposta era a mesma, tanto de Presidentes como de Ministros e Directores: não havia verba... e não podia eu como mulher, ser para este fim nomeada!⁴⁹

Com isso, a professora buscava o apoio das mulheres e seu reconhecimento como líder feminista, ao enfatizar o seu papel de liderança histórica e de sua luta contra o Estado patriarcal. É importante porém notar que em projeto de “catequese leiga”, ela não questionou os papéis de gênero, pelo contrário, mesmo em discurso pró-feminismo, Leolinda se orgulhava de haver educado mulheres indígenas nos afazeres domésticos, transformando-as em “*perfeitas mães de família*”.⁵⁰

Em que pese a construção posterior dessas memórias, a questão indígena atraiu a imaginação e mesmo a militância intelectual de muitos membros da classe média durante as primeiras décadas do regime republicano, conforme já havia feito nas últimas décadas do império, num movimento de nacionalismo. Neste contexto, Leolinda chegou mesmo a utilizar-se da estratégia de divulgar um vínculo de parentesco com o indígena brasileiro – nunca comprovado – ao qual associa a sua idéia de partir para o interior do Brasil para atuar junto aos indígenas.

Era claramente mais uma manifestação do que Lima Barreto chamou de “uma mania de índio”, algo comum entre a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, quando intelectuais e artistas elegeram o índio brasileiro como o heróico ancestral da brasilidade, adaptando o romantismo europeu à realidade nacional.

Uma das manias mais curiosas da nossa mentalidade é o cabocloismo. Chama-se a isto a cisma que tem todo o brasileiro de que é caboclo ou descendente de caboclo.

Nada justifica semelhante aristocracia, porquanto o caboclo, o tupi era, nas nossas origens, a raça mais atrasada; contudo, toda gente quer ser caboclo. (...)

A mania porém, percorreu o Brasil e, quando um sujeito quer se fazer nobre, diz-se caboclo ou descendente de caboclo.⁵¹

⁴⁹ DALTRO, Leolinda de Figueiredo. *Inícios do feminismo no Brasil, subsídios para a história*. Rio de Janeiro: Typ. Da Escola Orsina da Fonseca, 1918, p. 17.

⁵⁰ Ibid., p. 13.

⁵¹ LIMA BARRETO. “O nosso cabocloismo” In: *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956, p. 69.

Louvada e caricaturada, Leolinda Daltro foi considerada santa, anjo, excêntrica, monomaníaca, visionária, heroína, louca de hospício, doce mãe, aproveitadora, herege e anticristo foram alguns dos títulos que ela recebeu de admiradores e desafetos, alguns ilustres como o já mencionado Lima Barreto, que inspirou nela sua personagem *D. Florinda*⁵². Em diferentes obras, o cronista se referia ao relacionamento existente entre Leolinda e políticos de renome, na época, como o Marechal Hermes da Fonseca, e ao fato dela abrigar em sua casa grupos de índios que vinham do sertão à sua procura ou para tratar de algum assunto pendente na capital, fato que se repetiu várias vezes durante a vida de D. Leolinda.⁵³

A experiência de sua excursão aos sertões, descartada a sua ascendência indígena, marcou profundamente a história de D. Leolinda de Figueiredo Daltro, que ela mesma fez questão de registrar em todas as suas publicações. A aventura vivida em meio às vicissitudes do ambiente geográfico, social e político dos sertões serviu para ela como credencial para suas demandas políticas: ser nomeada como uma autoridade governamental junto aos índios do Araguaia, ser reconhecida como alguém que poderia influenciar as eleições presidenciais de 1910, ser reconhecida como cidadã- com direito de voto e a ser votada – já que ela pleiteou candidatar-se a intendente do Rio de Janeiro em 1919 e em 1924, e depois a ser deputada estadual, em 1934. Nesta trajetória ela enveredou-se pela campanha pelo voto feminino, registrou-se como eleitora em 1917 e reivindicou para si o título de fundadora do feminismo no Brasil em 1919.

A cada passo, a partir de 1900, o ano em que retornou de sua famosa excursão aos sertões, apresentou-se como autoridade na questão indígena e como figura política. A história porém, consagrou o nome do Marechal Cândido Mariano Rondon, como o grande indigenista, pacificador e civilizador da época. Leolinda de Figueiredo Daltro foi reconhecida tardiamente como figura da política brasileira, quando em 2003 a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro criou o prêmio “Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro”.

⁵² LIMA BARRETO. *Numa e a Ninfa*. São Paulo, Brasiliense, 1956.

⁵³ O tom da crônica é de ridicularização à maneira como D. Leolinda atuava, levando grupos de índios à comícios, reuniões e comitês, buscando apoio e suporte financeiro para a sua causa entre os ilustres da época. O escritor parecia estar muito bem informado das ações da professora, referindo-se às suas aulas de língua indígena, às suas palestras e ao seu relacionamento com os índios e com os políticos da época.

REFERÊNCIAS

Documentos:

Catechese do Araguaya pelos Missionarios Dominicanos. Documentos do Arquivo Dominicano de Belo Horizonte-MG. Doc. 005.

Depoimento de Patrício Alves Pinheiro, em 23 de junho de 1901, doc. 004; e de Altino Francisco de Souza Barros, na mesma data, *Catechese do Araguaya pelos Missionarios Dominicanos*. Documentos do Arquivo Dominicano de Belo Horizonte-MG, doc. 003.

DALTRO, Leolinda. “Pelos Selvícolas – minha excursão aos sertões de Goyaz” *Jornal A Política*. Anno 1, n. 4, 21 de julho de 1910. pp. 6-7.

DALTRO, Leolinda. Memória. *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro, Vol. IX, 1911.

Livro de Instrução Pública. Docentes 1896-1899, fl. 28. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 04 de julho de 1896, p. 1.

O Paiz, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1896, p.2.

Bibliografia:

COSTA, Angela Marques da. e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1919: No tempo das certezas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

COUTO DE MAGALHÃES. **O Selvagem**. Rio de Janeiro/São Paulo, Livraria Magalhães, 1876.

DALTRO, Leolinda d Figueiredo. **Da catechese dos índios do Brasil (notícias e documentos para a história) 1896-1911**. Rio de Janeiro, Typ. Da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

_____. **Inícios do feminismo no Brasil – Subsídios para a história**. Rio de Janeiro, Typ. Da Escola Orsina da Fonseca, 1918.

GALLAIS, Estevão M.(O. P.) **Uma catequese entre os índios do Araguaia**. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1954.

GALLAIS, Estevão. **O apóstolo do Araguaia. Frei Gil Vicente Villanova, missionário dominicano**. Prelazia de Conceição do Araguaia/Rio de Janeiro, Distribuidora Vera Cruz, 1942.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec/USP, 1989

LIMA, Antônio Carlos de. **Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista em seu estado de formação**. Dissert., Museu Nacional. Rio de Janeiro:1985.

LIMA BARRETO (A). “O nosso caboclisto”. In.: **Marginália**. São Paulo, Brasiliense, 1956.

LIMA BARRETO (B). **Numa e a Ninfa**. São Paulo, Brasiliense, 1956

ROCHA, Elaine. **Entre a Pena e a Espada. A trajetória de Leolinda Daltro:1859-1935.** Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo, 2002.

ROCHA, Leandro Mendes. **O estado e os índios. Goiás 1850-1889.** Goiânia: Edit. Universidade Federal de Goiás, 1998.